



NAÇÕES UNIDAS
CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL
COMISSÃO ECONÓMICA PARA A ÁFRICA

*Quadragésima-Sexta Sessão da Comissão Económica
para a África*



COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA

Oitava Sessão da CAMEF

Sexta Reuniões Anuais Conjuntas da Conferência de
Ministros de Economia e das Finanças da UA e Conferência
dos Ministros Africanos de Finanças, Desenvolvimento
Económico e Planificação da CEA

Abidjan, Côte d'Ivoire
25-26 de Março de 2013



Distr.: General

E/ECA/COE/32/7
AU/CAMEF/EXP/7(VIII)

5 de Março de 2013

Original: Inglês

**Primeira Revisão Bienal Regional do Progresso da CEA sobre o Programa de Acção de
Istanbul**

Índice

I.	Introdução.....	3
II.	Desempenho nos indicadores de graduação	3
III.	Progresso na implementação das áreas prioritárias de acção	9
A.	Capacidade Produtiva	9
B.	Agricultura, segurança alimentar e desenvolvimento rural.....	10
C.	Comércio	10
D.	Matérias Primas	10
E.	Desenvolvimento Humano e Social.....	10
F.	Crises Múltiplas e outros Desafios em Curso	12
G.	Mobilização de Recursos Financeiros para o Desenvolvimento e a Capacitação.....	12
H.	A Boa Governação a todos os Níveis.....	13
I.	Progressos na Transição Tranquila	13
J.	Reforço da Transição Tranquila	14
IV.	Perspectivas e Conclusões	14
	Referências.....	i

I. Introdução

1. A IVª Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Avançados realizada em Maio de 2011, em Istambul, Turquia, adoptou o Programa de Acção de Istambul (IPoA) para os Países Menos Desenvolvidos (PMAS), tendo apelado às Comissões Regionais das Nações Unidas para organizarem revisões bienais da implementação do Programa de Acção. A mesma solicitou também que a revisão tivesse lugar em estreita coordenação com os processos de acompanhamento aos níveis global e nacional, bem como com bancos de desenvolvimento regionais e sub-regionais. O presente documento é o primeiro projecto de relatório da revisão bienal dos PMAS para a África. O mesmo será concluído após consultas com os processos de acompanhamento nacionais e globais. A primeira parte do relatório avalia o desempenho dos PMAS africanos no que diz respeito aos critérios de graduação (ou seja, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita; o Índice de Activos Humanos (IAH); e o Índice de Vulnerabilidade Económica (IVE). Isso será seguido por uma análise de desempenho de PMAS africanos nas oito áreas prioritárias do IPoA para Acção¹. A terceira secção do relatório incide sobre os desafios e as oportunidades associadas à transição do estado dos PMAS. O tema central do relatório é que a graduação do estado dos PMAS com base apenas no PIB, dissimula as deficiências estruturais fundamentais dos Países Menos Avançados (PMAS) da África e apela à robustez dos critérios e a medida em que a graduação está permanentemente em causa.

II. Desempenho sobre os Indicadores de Graduação

2. Os países da lista dos PMAS são elegíveis para a graduação, caso reúnam dois dos três critérios de inclusão (ou seja, pontuação IAH e IVE). Excepção é dada quando o PIB per capita de um PMAS for duas vezes superior ao nível do limiar de graduação, mesmo se o país não cumprir com quaisquer uns dos restantes critérios de graduação. Todo o país tem a obrigação de respeitar os critérios de graduação em duas revisões trienais subsequentes da lista dos PMAS, antes de ser recomendado para graduação, pelo Comitê para a Política de Desenvolvimento.

3. Os países africanos representam a maioria (34² de 48) dos PMAS³. Vários desses países dependem em grande medida, das matérias-primas e indústrias extractivas, para a sua

¹ As áreas prioritárias são: a capacidade produtiva; agricultura; segurança alimentar e desenvolvimento rural; comércio; matérias-primas; desenvolvimento humano e social; múltiplas crises e desafios em curso; mobilização de recursos financeiros para o desenvolvimento e a capacitação; e a boa governação.

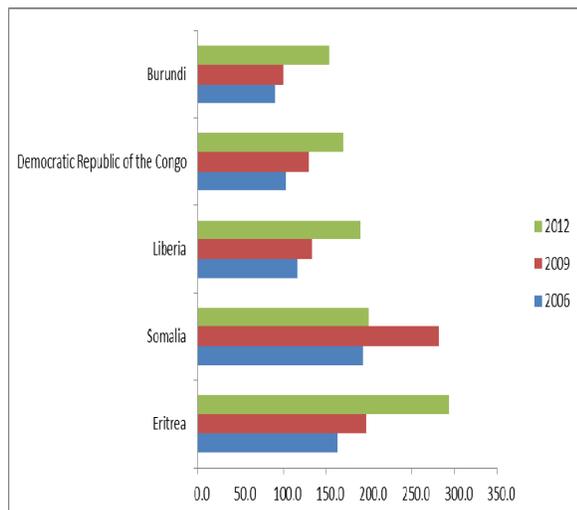
² Angola, Benim, Burkina-Faso, Burundi, República Centro Africana, Chade, Comores, República Democrática do Congo, Djibouti, Guiné Equatorial, Eritreia, Etiópia, Gâmbia, Guiné Conacri, Guiné Bissau, Lesoto, Libéria, Madagáscar, Malawi, Mali, Mauritània, Moçambique, Níger, Rwanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Sierra Leone, Somália, Sudão do Sul, Sudão, Togo, Uganda, República Unida da Tanzânia e Zâmbia.

sobrevivência económica. A estrutura das suas economias, no entanto, torna-os vulneráveis a choques de preços dos produtos de base. Outrossim, a natureza do enclave da produção de matérias-primas prejudica a capacidade dos PMAS africanos para gerar postos de trabalho, mesmo durante períodos de crescimento económico constante. A 4ª Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Avançados tem por objetivo abordar os desafios estruturais dos PMAS e garantir que pelo menos 50 por cento dos PMAS satisfaçam os critérios de graduação até 2020.

4. A última revisão dos PMAS de 2012 revelou um aumento global médio do PIB per capita dos PMAS africanos de 415\$EU em 2006, para 1.107 em 2012. Na verdade, mesmo os últimos cinco países tiveram um aumento do PIB per capita. Dois PMAS africanos (Guiné Equatorial e Angola) qualificam-se para a graduação, com base nos critérios de PIB per capita.

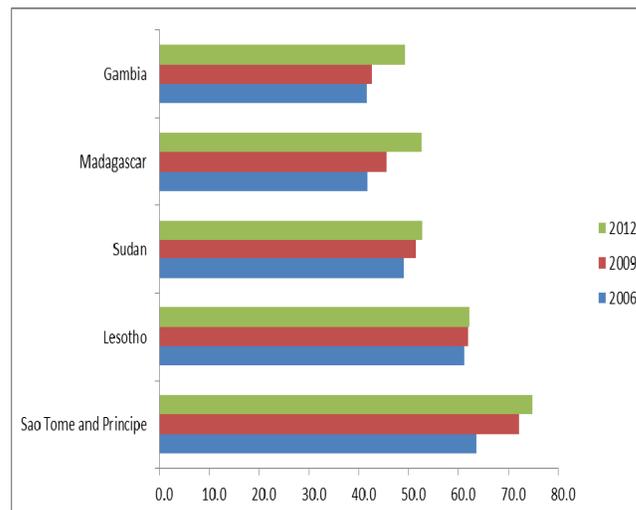
³ Os países definidos pelas Nações Unidas como países confrontados com graves deficiências estruturais para o crescimento, particularmente a deficiência em termos de recursos humanos e a alta vulnerabilidade económica. Esta categoria de países das Nações Unidas existem desde 1971, quando a Assembléia Geral confirmou a importância de identificação dos PMA (Resolução 2724XXV) e dedicou uma secção da estratégia de desenvolvimento internacional para medidas especiais para os PMA (Resolução 2626XXV).

PIB per capita para os PMAs africanos está a aumentar: 5 países na Base



Fonte: Cálculos da ECA sobre o UNDESA, Banco de Dados UNDESA, a Divisão de Estatísticas, Base de Dados de Agregados Principais das Contas Nacionais.

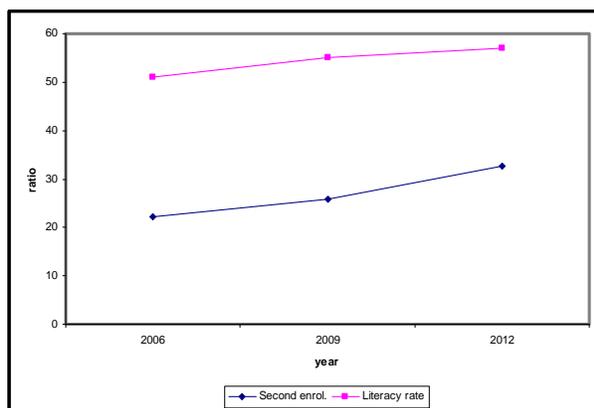
O IAH para os PMAs africanos está a aumentar: 5 países no Topo



Fonte: Cálculos da ECA baseados em dados da UNSD

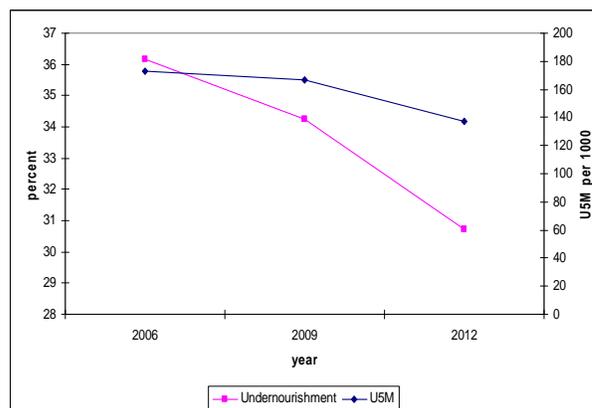
5. O desempenho dos PMAS africanos sobre a IVE também melhorou, ainda que marginalmente. Todos os subíndices do IAH melhoraram com base numa média de 34,4 para 37,6 entre 2006 e 2012 devido, em grande parte, a um declínio substancial da mortalidade de menores de cinco anos de 173 para 137 mortes (por cada 1000 nados-vivos), durante o mesmo período. Taxas de matrícula e alfabetização secundárias também melhoraram em média. Os países de melhor desempenho sobre o IAH em 2012, foram a Gâmbia, o Lesoto, Madagascar e São Tomé e Príncipe. Por outro lado, o Burundi, a República Centro-Africana, o Chade e a Somália foram os quatro países que ocupam os últimos lugares nesta categoria.

Subíndices de educação em ascensão



Fonte: Cálculos da ECA baseados no Comitê para os Dados do Secretariado de Políticas de Desenvolvimento (CDP) (2012)

Melhoria do Índice do Activo Humano

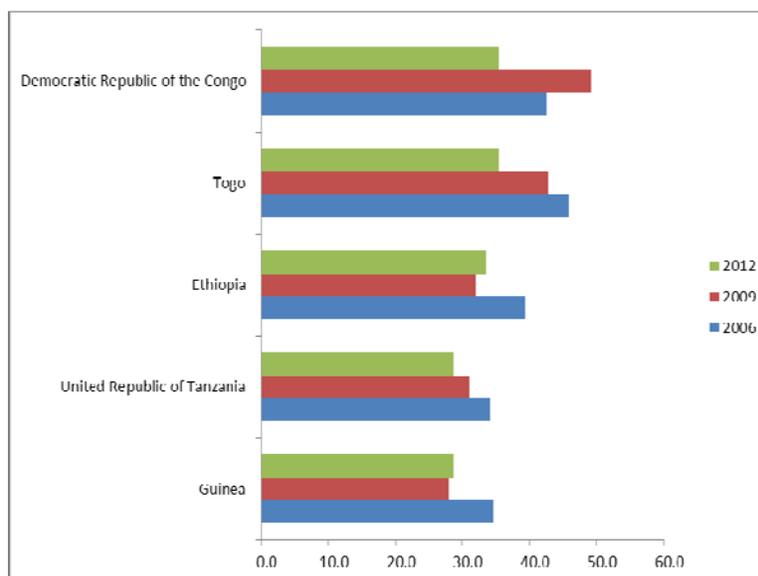


Cálculo da CEA baseado no Grupo de Inter-agências das Nações Unidas para a Estimativa de Mortalidade Infantil: Relatório de 2011 sobre os Níveis e as Tendências da Mortalidade Infantil (disponível em www.Childinfo.org - acessado em 17 de Outubro de 2011) e na FAO.

6. A IVE melhorou em média (de 51,9 para 44,9 entre 2006 e 2012). No entanto, o desempenho não foi uniforme entre os componentes deste índice. O índice de exposição⁴ melhorou, enquanto o índice de choque deteriorou-se, em grande medida, como consequência de choques naturais.

⁴ O índice de exposição é uma combinação do tamanho da população; distância; concentração da exportação de mercadorias e parte do sector primário do PIB. O índice de choque é a combinação das vítimas de catástrofes naturais; a instabilidade da produção agrícola e a instabilidade de bens e serviços.

A IVE para os PMAS africanos está a melhorar, mas é elevado: 5 países do topo (2012)



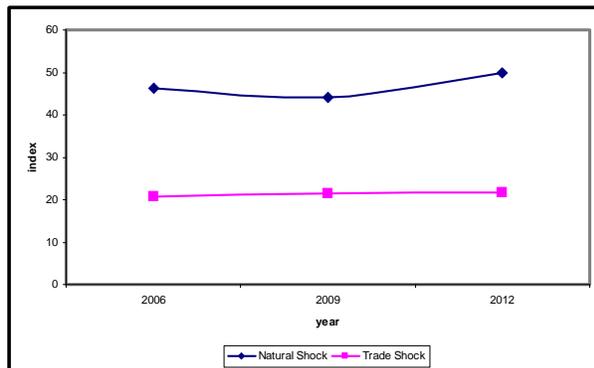
Fonte: Cálculos da CEA baseados nos dados do Secretariado do CDP

7. Os subíndices de instabilidade agrícola e de vítimas de desastres naturais⁵ do IVE aumentaram durante o período de 2006-2012. Da mesma forma, tendo em conta que uma percentagem da população (sem abrigos devido a catástrofes naturais⁶) aumentou de 57,8 por cento para 59,3% no período de 2006-2009. Essas tendências apontam para uma maior exposição e vulnerabilidade dos PMAS africanos aos perigos naturais. O Djibouti, a Eritreia, o Malawi, o Níger e a Somália são os PMAS africanos com as maiores vítimas de desastres naturais. A Gâmbia, a Eritreia e o Senegal são os mais vulneráveis à instabilidade agrícola.

⁵ Em 2011, o subíndice de "sem-abrigos como consequência de desastres naturais", foi substituído por "vítimas de desastres naturais".

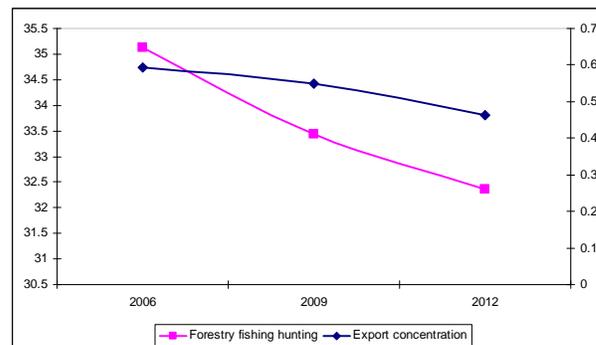
⁶ Este índice foi substituído pelo subíndice "vítimas de desastres naturais" em 2011.

Choques naturais estão em ascensão nos PMAS africanos



Fonte: Nações Unidas, departamento de Assuntos Econômicos e Sociais (UN DESA), Divisão de População, Perspectivas da Revisão de 2010 das Perspectivas Demográficas Mundiais e a CNUCED.

A estrutura dos PMAS africanos está a melhorar



Fonte; Cálculo da CEA baseado nos dados da FAO (2012)

8. Por outro lado, os PMAS africanos tornaram-se marginalmente mais diversificados em termos de exportações, e economicamente menos dependentes em matérias-primas (isto é, agricultura, caça e pesca). Com efeito, a estrutura das suas economias tornou-se um pouco mais resistente a choques, durante o período de 2006-2012. No entanto, Angola, Chade e Guiné-Bissau experimentaram as proporções mais altas de concentração.

9. O desempenho dos PMAS africanos nos últimos anos sugere que, apesar de alguns progressos na diversificação das exportações e a redução da relativa participação da agricultura, caça e pesca no PIB total, eles continuam a ser, em grande medida, os principais países produtores de matérias-primas que dependem de uma gama restrita das exportações. Como resultado, a maioria dos PMAS africanos são muito vulneráveis a choques externos e tem pouca capacidade para responder a esses choques, dado as suas pontuações relativamente baixas do activo humano. Em segundo lugar, o aumento de preços das matérias-primas, particularmente dos preços do petróleo bruto, estimulou o crescimento em vários países menos avançados, resultando em altas rendas do PIB per capita. Embora esta tendência lhes garante uma maior possibilidade de graduação, com base em critérios de PIB, não são susceptíveis de sustentar o progresso sem mudanças fundamentais na estrutura das suas economias. Em terceiro lugar, as tendências no índice de choques naturais sugerem que perigos naturais, incluindo os relativos às mudanças climáticas, representam uma séria ameaça às perspectivas de graduação dos PMAS africanos. Essas ameaças manifestam-se pelo aumento da instabilidade agrícola e o número de vítimas de catástrofes naturais.

III. Progresso na implementação das áreas prioritárias de acção⁷

10. O IPoA é ancorado por oito áreas prioritárias de acção pelos PMAS e parceiros de desenvolvimento. Esta secção passa em revista os progressos dos PMAS africanos sobre o IPoA.

A. Capacidade Produtiva

11. **Total da rede rodoviária.** O Mali e a Tanzânia foram os únicos dois PMAS com dados actualizados sobre as redes rodoviárias. De 2008 a 2009, o Mali aumentou o total da sua rede de estradas para 901km, enquanto a Tanzânia atingiu a maior cifra de 16.182 km.

12. Taxa de crescimento do PIB por trabalhador.

13. A taxa de crescimento do PIB por trabalhador aumentou na média de 1,51% de 2010 a 2011 para os 14 PMAS africanos com dados em 2011. Doze destes PMAS registados aumentam, enquanto as taxas de Madagáscar e Sudão caíram até 2,35 por cento e 3,23 por cento, respectivamente.

14. **Taxa de emprego em termos da proporção populacional.** Enquanto a população africana em geral cresce rapidamente, os PMAS estão a observar maiores taxas de crescimento populacional, em comparação com os outros países africanos. O aumento de emprego, porém, regista um atraso em relação ao crescimento demográfico. Isso reflecte-se no emprego em termos da taxa populacional de 32 PMAS africanos, que caiu de 69 por cento em 2009 para 67, 25 por cento em 2010 (Banco Mundial). O desemprego, especialmente entre os jovens, constitui um grande desafio para os países africanos.

15. **14.29. Telecomunicações.** O sector de telecomunicações da África tem atraído muitos investimentos e inovações nos últimos anos. Como resultado da utilização de telemóveis para os serviços de comunicação básica, a expansão dos serviços de transferência de dinheiro e dos serviços bancários móveis atraíu mais assinantes de telemóveis. O número de assinantes móveis (por cada 100 habitantes) aumentou de 33,4 por cento em 2010 para 45,31 por cento em 2011 (para 32 PMAS). Por outro lado, o número de linhas de telefone fixo e de usuários de internet para os PMAS, na sua generalidade, continuou a ser baixo. As linhas de telefone fixo aumentaram para menos de 1 por cento, enquanto os usuários de internet aumentaram apenas para 1,21 por cento, de 2010 a 2011, para aqueles países que forneceram dados.

16. **15.31. Produção de energia eléctrica.** Em 2010, nove dos dez países com dados sobre a eletricidade registaram um aumento de 5,17 por cento na produção total de energia eléctrica. A exceção foi Moçambique, cuja produção caiu para 1,78% em 2010.

⁷ Os cálculos para determinar o progresso baseiam-se em dados da UNSD, Banco Mundial e o CNUCED

B. Agricultura, segurança alimentar e desenvolvimento rural

A segurança alimentar tornou-se um dos principais desafios de desenvolvimento para os países africanos, desde que a crise alimentar global começou em 2007. Os PMAS foram os mais afectados pela crise e, desde então, não conseguiram ultrapassá-la completamente. O aumento dos preços de bens alimentícios ao nível mundial, a pobreza galopante e a instabilidade política generalizada na região, têm condicionado os recursos disponíveis e empurrou muitos PMAS num estado de insegurança alimentar generalizada. A expropriação crescente de terras também está a dificultar a produção de alimentos, contribuindo assim para a insegurança alimentar.

C. Comércio

17. Os PMAS africanos continuam, na sua maioria, marginalizados no comércio mundial. Em 2011, o valor médio das importações para 31 países foi de 3944.13 milhões \$EU (a preços e taxas de câmbio correntes). A Gâmbia registou o valor e parte das importações (344 milhões) mais baixo, enquanto Angola teve o mais alto, (21.736 milhões \$EU). Ao mesmo tempo, Angola também teve o maior valor das exportações (65689 milhões), enquanto a Gâmbia registou a parte mais baixa (95 milhões) (CNUCED). A relativa marginalização dos PMAS africanos é agravada pelo facto de que a maioria são países encravados e distantes dos mercados globais.

D. Matérias primas

18. A diversificação das exportações continua a ser um grande desafio para muitos PMAS africanos. Em 2011, os PMAS tinham um índice de concentração média das exportações (ICE) de 0.47. Porém, 10 países registaram um ICE acima de 0.50, com Angola exibindo o mais alto em 0.97. Por outro lado, as cifras mostram a Tanzânia como sendo o PMAS mais diversificado, registando o ICE mais baixo de 0,2 e o maior número de produtos (254). Outros PMAS relativamente diversificados são o Benin, o Djibuti, a Gâmbia, o Madagascar, o Senegal, a Sierra Leone, o Togo e o Uganda, que atingiram todos ICE entre 0,2 e 0,3.

E. Desenvolvimento Humano e Social

19. **Educação e formação.** Em 2011, os 24 países com dados disponíveis para a inscrição da escola primária mantiveram relativamente os mesmos níveis de matrícula de 2010. O Burundi e o Chade aumentaram as suas taxas de inscrição no nível primário em mais de cinco pontos percentuais; a Gâmbia, o Madagáscar, Moçambique, o Ruanda, o Senegal e o Uganda experimentaram reduções nas suas taxas de matrícula na escola primária.

20. 19,39. As taxas de matrícula escolar dos níveis secundário e terciário matêm-se baixas nos PMAS africanos. O número de matrículas no ensino secundário aumentou de 32,4% em 2010 para 35,5 por cento em 2011. Os elevados custos do ensino secundário e terciário para a população maioritariamente pobre, representam as taxas de matrícula mais baixas a esses níveis.

21. **20.41. População e saúde primária.** Os PMAS africanos estão a fazer progressos nas taxas de mortalidade de crianças abaixo dos cinco anos de idade (U5MR), taxa de mortalidade materna (MMR) e taxa de mortalidade infantil (IMR). No entanto, estes países têm o mais alto U5MR, MMR e IMR em comparação com outras regiões; e o ritmo de progresso é lento.

22. 22.43. Para os 34 países com dados disponíveis, a U5MR experimentou um declínio de 44 por cento (de 199,4 em 2010 para 112 mortes por cada 1000 nascimentos em 2011), que é notável por todas as normas. O IMR caiu apenas marginalmente, de 75,8 para 71,88 mortes por 1000 nascidos no mesmo período. a MMR diminuiu significativamente (20,8 por cento) de 629.7 em 2008 para 498.53 óbitos por 100.000 nascidos vivos em 2010. As taxas de mortalidade materna são em grande parte atribuídas a complicações relacionadas com o nascimento, o pobre acesso a facilidades sanitárias e altas taxas de prevalência e incidência do VIH/SIDA. A U5MR e IMR elevadas são particularmente preocupantes, especialmente porque a maioria das mortes ocorrem no primeiro ano do nascimento, devido à malária e a tuberculose (TB). O Sarampo também contribuiu significativamente para a U5MR. No entanto, em 2010, a proporção de bebés de um ano de idade que foram imunizados contra o sarampo, apenas marginalmente, aumentou de 73,4% em 2009 para 75.56 por cento, para os 34 países africanos (UNSD).

23. **24.45. Redução da prevalência da TB e das taxas de mortalidade.** Novas infecções de TB nos PMAS africanos continuam a ser constantes, enquanto as taxas de mortalidade relacionadas com a TB estão em declínio. A prevalência da TB e as taxas de mortalidade diminuíram para todos os 34 PMAS africanos em 2010; porém, novas infecções (ou seja, as taxas de incidência de TB) aumentaram ligeiramente de 299.3 para 300.27 por cada 100.000 da população, de 2009 a 2010. A taxa de prevalência declinou de 435.3 para 388 por 100.000 da população, assim como a taxa de mortalidade de 49,5 para 37.23, de 2009 a 2010.

24. **26.47. Abrigo, água e saneamento.** Os PMAS africanos experimentaram apenas melhorias ligeiras no acesso às fontes de água e saneamento. Em 2009, 80,6 por cento da população recorreu a uma fonte de água potável; a percentagem quase que não alterou (81,0 por cento) em 2010. A proporção da população usando uma instalação de saneamento básico ficou estagnada de 2009 (36,3 por cento) a 2010 (36,5 por cento). Privada de acesso a água potável, a população é susceptível de padecer de surtos de doenças como a diarreia e a cólera, que constituem uma ameaça aos problemas do saneamento.

25. **50. Igualdade de Género e emancipação das mulheres:** Os PMAS africanos estão a fazer bons progressos na paridade de género, no ensino primário. Os 11 países com dados em 2011 atingiram em média um índice de paridade de género (IPG) de 0,9 para as matrículas no ensino primário. Embora isto represente um declínio de um 0,3 IPG em 2010, todos os 11 países aumentaram o seu IPG, com a excepção de São Tomé e Príncipe, cuja queda do IPG no nível primário é atribuída aos esforços visados a corrigir o desequilíbrio contra rapazes. O IPG das inscrições no ensino secundário e terciário continua a ser baixo, comparado com as matrículas do ensino primário. Em 2010, o IPG de inscrição secundária foi de 0,85 (sete países), um aumento de 0,82 (20 países) em 2010. O IPG de inscrição para o terceiro nível escolar foi o mais baixo, na média de 0,5 em 2011, para quatro países. O IPG mais baixo nos níveis secundário e terciário são, em parte, resultado de constrangimentos financeiros, factores culturais, tais como o

casamento precoce e preconceitos sexistas na tomada de decisões no seio do agregado familiar relativo à educação

26. Quanto a emancipação das mulheres, o número de mulheres que ocuparam assentos nos parlamentos nacionais, aumentou progressivamente de 18 por cento em 2010 para 19,0% em 2011. Países como o Uganda e o Ruanda promulgaram leis que garantem assentos para mulheres nos seus parlamentos, incentivando assim a participação das mulheres na política.

Protecção social. Medida, usando as despesas da saúde como uma percentagem do PIB, a protecção social é essencial para a realização do desenvolvimento humano e social. As despesas da saúde pública como uma percentagem do PIB, tem sido geralmente baixas entre os PMAS africanos. baixaram de 3,05 por cento em 2009 para uma média de 2,95 por cento, em 2010. Inevitavelmente, essa queda está vinculada às medidas de protecção social de impacto e já é evidente nos indicadores de saúde primários que ilustraram situações degradantes ou melhorias limitadas.

F. Múltiplas crises e outros desafios em curso

27. Apesar de não haver cifras para 2011, os vários PMAS africanos provaram que a proporção de área terrestre coberta por florestas, está a diminuir e que a taxa de desflorestação é alarmante. A dependência na madeira para fins cambiais, as actividades de exploração ilegal da madeira e a invasão das áreas florestais pelas comunidades em busca de madeira, os meios de subsistência e a expansão agrícola contribuem sobremaneira para o declínio da cobertura florestal nos PMAS africanos. Por outro lado, as condições climáticas extremas e erráticas, particularmente as inundações, têm também causado estragos na cobertura florestal. O reforço da capacidade humana e institucional dos PMAS para poderem adaptar-se aos perigos relacionados com o clima, é indispensável de modo a acelerar e sustentar o progresso sobre o IPoA.

G. Mobilização de recursos financeiros para o desenvolvimento e a capacitação

28. Em 2011, a poupança interna bruta média (como percentagem do PIB) para os PMAS africanos foi de 9,71% (21 países). Este foi um declínio da cifra de 2010, de 11 por cento (16 países). O Burundi, o Lesoto, a Libéria e a Suazilândia tiveram poupanças negativas em 2011, enquanto a Guiné Equatorial e o Sul do Sudão economizaram mais de 40 por cento, podendo ser atribuídas à descoberta de petróleo em ambos os países.

29. Dados disponíveis sobre poupança bruta (como percentagem do PIB) em 2011, foram disponíveis apenas para 13 países. A média de poupança bruta desses países foi de 16,1 por cento, que é menor do que a de 17,4 por cento, para 11 países em 2010. A Guiné Conacri, no entanto, registou poupança bruta negativa. Como percentagem do PIB (para 30 países), o investimento estrangeiro directo (IED) permaneceu praticamente inalterado, de 2010 a 2011. Em 2010, o afluxo foi de 35,7% do PIB, mas caiu para 35,17% em 2011. A saída de mercadorias de IDE, como percentagem do PIB, também caiu para uma média de 1,99 (20 países) em 2011, de 2,9 (33 países) em 2010. Consequentemente, os PMAs apreciaram um influxo líquido de IDE.

H. A boa governação a todos os níveis

30. Quase todos os PMAS africanos ratificaram os Tratados monitorados no IPoA. Todos os PMAS africanos, excepto Moçambique, ratificaram o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais. Todos os PMAS africanos ratificaram a Convenção Internacional sobre os Direitos Cíveis e Políticos. Todos os PMAS africanos, com a excepção da Somália e o Sudão ratificaram a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. O Chade, a Eritreia, a Guiné Equatorial e a Somália ratificaram a Convenção das Nações Unidas sobre a Corrupção.

31. Não obstante o compromisso para com a igualdade de género e o empoderamento das mulheres através da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, em 2011, apenas uma média de 28 por cento dos assentos parlamentares foram ocupados por mulheres nos PMAS africanos. Embora representando uma melhoria até 2005 (20,5 por cento), os PMAS africanos ainda têm um longo caminho a percorrer para alcançar uma representação equitativa de homens e mulheres nos parlamentos nacionais.

32. Os indicadores que não estão disponíveis incluem: a percentagem de doadores e de fluxos de ajuda baseados em sistemas públicos de gestão financeira e sistemas de aquisição dos PMAS; o número de unidades de implementação de projectos paralelos por PMAS; e a percentagem de desembolsos da ajuda lançados para os PMASs, de acordo com um prazo estabelecido.

33. Apesar de representar cerca de 6 por cento da população mundial, os PMAS africanos têm apenas uma parte de 2,57% dos votos no Fundo Monetário Internacional (FMI), uma participação de 2,53% nos votos do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e a participação de 1,18% nos votos da International Finance Corporation (IFC). A sua representação junto à Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID) e a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA) é relativamente maior na compartilha de 7,79% e 5,08% dos votos, respectivamente. Na África, a melhoria da governação pode ser também medida através do Mecanismo Africano de Revisão Paritária (MAAP). O objetivo primordial do MARP é promover a adopção de políticas, normas e práticas que contribuem para um crescimento económico elevado, estabilidade política, desenvolvimento sustentável e acelerar a integração económica aos níveis sub-regional e continental. A maioria (23 a 33) dos países africanos que aderiram ao MARP são PMASs. Outrossim, 11 dos 17 países que se submeteram ao processo de revisão paritária são PMASs.

I. Progresso na Transição Tranquila

Transição na Guiné Equatorial

34. A Guiné Equatorial foi recomendada para graduação pelo CDP e o Conselho Económico e Social em 2009. O país, portanto, satisfaz os critérios pela segunda vez consecutiva. Enquanto se aguarda por uma decisão iminente pela Assembleia Geral, o processo de pré-transição arrancará. Angola, por outro lado, cumpriu os critérios pela primeira vez em 2012 e portanto, será recomendada apenas para graduação, caso satisfizer os critérios em 2015. A Guiné Equatorial e Angola cumprem os critérios de elegibilidade, com base na regra única sobre os rendimentos.

35. Não obstante uma melhoria global do IVE da Guiné Equatorial, a sua concentração relativamente alta da exportação (0,77) sugere que é altamente vulnerável a choques externos. Da mesma forma, o IAH não melhorou significativamente. Em 2012, este foi de 43, comparado a média de PMAS da África de 37,6. Com efeito, a graduação baseada nos critérios de PIB per capita, não fornece uma base robusta para uma transição tranquila. Há necessidade de medidas específicas para a diversificação da economia do país, a promoção da mais-valia e o reforço do desenvolvimento humano.

J. Reforço da Transição Tranquila

36. A experiência da graduação de países sugere que as apreensões sobre a graduação são infundadas. Estas apreensões decorrem frequentemente de informações incompletas e da falta de clareza sobre as medidas de apoio que ficarão perdidas como resultado da graduação e os ganhos potenciais decorrentes. Neste contexto, duas propostas são dignas de consideração:

- (a) O CDP, em consulta com a CNUCED e as comissões regionais, deverão elaborar um catálogo de medidas de apoio que poderá perder-se como resultado da graduação; assim como os possíveis ganhos da graduação.
- (b) Com base no exercício acima, os PMAS elegíveis devem ser assistidos na realização de uma análise de custo-benefício de que quantifica o benefício líquido ou a perda da graduação; ao mesmo tempo deve-se dar a devida atenção à priorização de áreas políticas que levam à possível graduação.

IV. Perspectivas e conclusões

37. A Crise económica mundial, juntamente com a mudança climática, apresenta riscos de grave desvantagem para os países em desenvolvimento, em geral e os PMASs, em particular. Não obstante o registo de um crescimento impressionante dos PMASs africanos (7% de 2000 a 2009), o desempenho tem sido impulsionado por uma faixa limitada de matérias primárias, cujos resultados destinam-se a pequenos segmentos da sociedade e que tendem a ser caracterizadas pela volatilidade dos preços e a vulnerabilidade a choques. Uma prioridade fundamental dos parceiros de desenvolvimento deve traduzir-se no apoio aos PMASs para o desenvolvimento de uma economia mais diversificada, que permita aumentar a elasticidade e promover a inclusão e o acesso a um nível mínimo de serviços sociais básicos. Para o efeito, a ECA está a levar a cabo actividades de apoio aos PMASs na África; a saber:

- (a) Integração da Visão Africana da Exploração Mineira nas estratégias nacionais de desenvolvimento dos países africanos;
- (b) Capacitar os PMASs para o uso do Monitor de PMAS concebido pela ECA, para acompanhar o progresso da implementação do IPoA;
- (c) Incidência sobre as áreas de maior impacto na graduação;

- (d) Servir a Oitava Sessão do Comité sobre o Comércio, Cooperação e Integração Regionais por forma a assegurar que as regras de origem aplicáveis às importações provenientes de PMAs preferenciais são simples, transparentes e previsíveis e contribuam para facilitar o acesso ao mercado;
- (e) A necessidade de capacitação dos institutos nacionais de estatística para monitorar o IPoA.

References

Sistema de Base de Dados Estatísticos do BAD, acessado em 27 de Outubro de 2011

Centre d'Etudes Prospectives et d'Informations Internationales (CEPII)

Centro para a Rede de Informação Internacional sobre as Ciências da Terra (CIESIN),
Universidade de Columbia. Zona Costeira de Baixa Altitude (LE CZ)

Base de Dados de Catástrofes Internacionais do CRED (EM-DAT, Nações Unidas).

O Estado de Insegurança Alimentar da FAO (2011)

Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas (UN DESA), Divisão
da População, Revisão de 2010 das Perspectivas da População Mundial

Conferência das Nações Unidas sobre comércio e o desenvolvimento (CNUCED)
Centro do Instituto de Dados Estatísticos (UIS) da UNESCOUNESCO Institute for Statistics
(UIS) Data Centre

Indicadores de Desenvolvimento Humano Internacional do PNUD

UNICEF: O Estado das Crianças do Mundo de 2011